



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

EXCELENTÍSSIMA SENHORA  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA  
REPÚBLICA

Ofício n.º 665/XII/1.ª – CACDLG /2012

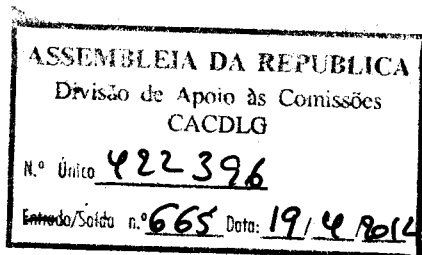
Data: 19-04-2012

*Assunto: Relatório da participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar sobre “Equal Pay for Work of Equal Value” – Bruxelas, 8 de Março de 2012.*

Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, junto envio a Vossa Excelência o Relatório da participação Assembleia da República na reunião interparlamentar sobre “Equal Pay for Work of Equal Value” – Bruxelas, 8 de Março de 2012, na qual participou, pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), pela Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) e pela Comissão de Segurança Social e Trabalho, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD).

Mais informo que o conteúdo do presente relatório foi apresentado na reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias de 4 de abril de 2012 e na reunião de 18 de abril de 2012 da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.

Com os meus melhores cumprimentos,



O Presidente da Comissão

(Fernando Negrão)

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias  
Assembleia da República – Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

Tel: 21 391 95 30/96 67

Fax: 21 391 74 78



**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO INTERPARLAMENTAR  
CONJUNTA ORGANIZADA PELA COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER E IGUALDADE DO GÉNERO COM OS  
PARLAMENTOS NACIONAIS, DEDICADA AO TEMA: *IGUALDADE SALARIAL PARA TRABALHO DE IGUAL VALOR***

**(PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS, 8 DE MARÇO DE 2012)**

**Delegação da AR :**

- Deputada Joana Barata Lopes (PSD), Comissão de Segurança Social e Trabalho
- Deputada Inês de Medeiros (PS), Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação
- Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

**Apoio Técnico:**

- Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR em Bruxelas

A Comissão de Direitos da Mulher e Igualdade do Género do PE (FEMM<sup>1</sup>) do Parlamento Europeu (PE) organizou em Bruxelas, e por ocasião do dia internacional da mulher, a 8 de março, uma reunião interparlamentar conjunta com as Comissões correspondentes dos Parlamentos nacionais (PN) da União Europeia (UE), sobre o tema *Igualdade salarial para trabalho de igual valor*.

O programa desta reunião, a lista de participantes e diversa documentação de suporte encontram-se nos seguintes sítios internet:

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/lang/en/pid/1704>

O registo vídeo e áudio da reunião está igualmente disponível<sup>2</sup>.

**1. Sessão de Abertura**

Na sessão de abertura, o Presidente do PE Martin Schulz (S&D, Alemanha) deu as boas-vindas aos participantes e realçou a importância desta reunião, que constitui um sinal político anual sobre esta temática. Acrescentou que o PE tem estado sempre na linha da frente do combate pela igualdade do género, felicitando a Comissão FEMM pelo trabalho desenvolvido. Com efeito, assinalou que o tema desta reunião é um principais desafios na redução da desigualdade social, o que ganhou maior relevância no atual contexto de crise, que afeta mais as mulheres. Por fim, instou os participantes nesta reunião interparlamentar a apresentarem resultados concretos sobre o modo de ultrapassar estas diferenças no mercado de trabalho.

<sup>1</sup> Informação sobre a Comissão FEMM em <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/FEMM/home.html>

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/committees/video?event=20120308-0900-COMMITTEE-FEMM&category=COMMITTEE&format=wmv>

## **2. A segregação no mercado de trabalho como fator de desigualdade**

Em seguida, os trabalhos dividiram-se em sessões sobre temas específicos. Na primeira parte, assistiram-se a intervenções de três oradoras sobre a segregação no mercado de trabalho.

Karin Enod, presidente da Comissão das Mulheres da Confederação Europeia de Sindicatos, que afirmou que a igualdade no mercado de trabalho deve ser vista como forma de assegurar a independência económica das mulheres, sublinhando que a segregação tem permanecido estável. Por outro lado, manifestou o seu agrado com o facto de que o PE ter inscrito este tema na sua agenda, num momento em que todas as atenções estão centradas na crise financeira e económica. Relativamente às diferenças entre as mulheres e os homens no mercado de trabalho, assinalou que as mulheres tendem a interessar-se mais pela variação de carreiras do que os homens, ao mesmo que valorizam mais a compatibilidade entre a vida pessoal e profissional. Por este motivo, as mulheres optam mais frequentemente por trabalhar em tempo parcial, enquanto os homens trabalham a tempo inteiro e mesmo com horas extraordinárias, sendo esta uma das razões pelas quais as diferenças salariais subsistem. Por fim, assinalou que as instituições europeias e os Parlamentos nacionais têm um papel essencial, não só na adoção de legislação, mas essencialmente no que diz respeito à sua implementação.

Seguiu-se Agneta Stark, professora de economia na Suécia, que se referiu ao facto de que os homens com o mesmo nível educacional do que as mulheres geralmente são melhor remunerados, motivo pelo qual as mulheres têm investido mais em educação, de modo a diminuir este desfasamento.

Por fim, Agnes Thirion, representante do Eurofound, assinalou que a segregação baseada no género é uma realidade, à qual se acrescenta o facto de a diferença salarial se manter ao longo das carreiras. Isto apesar de as mulheres, na sua gestão do tempo, revelarem uma maior eficiência, pois além do trabalho, têm de se deslocar e, ao chegarem a casa, ainda desempenham uma série de tarefas que não são remuneradas.

## **3. Diminuir a desigualdade salarial - experiências dos Parlamentos nacionais**

Nesta sessão, foram oradoras três deputadas nacionais, de modo a partilhar experiências boas práticas sobre estas matérias.

A senadora Alena Gajdůšková, vice presidente do Senado checo, considerou que cabe às novas gerações de políticos fazer desaparecer este tipo de discriminação. Dorina Bianchi, senadora italiana, afirmou que a segregação gera uma desvalorização das mulheres no mercado de trabalho. Relativamente ao caso italiano, referiu que a diferença salarial é de aproximadamente 5.5 por cento, contra os 16 por cento de média europeia.

A Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), interveio nesta fase, partilhando a experiência e as práticas em Portugal, estando o discurso proferido em anexo a este relatório.

#### **4. Como pode a UE apoiar os Estados-Membros a superarem a desigualdade salarial entre homens e mulheres?**

A última sessão contou com a presença de Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável por estas matérias, e que apresentou as propostas que esta instituição avançou neste domínio e que podem ser consultadas em

[http://ec.europa.eu/justice/newsroom/gender-equality/news/120305\\_en.htm](http://ec.europa.eu/justice/newsroom/gender-equality/news/120305_en.htm)

Foi igualmente apresentado um vídeo preparado pela Comissão Europeia sobre a questão da desigualdade salarial com base no género e que pode ser visto em

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/12/211&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>

Seguiu-se a intervenção de Egemen Bağış, ministro turco para os assuntos europeus, que começou por citar Margaret Thatcher, dizendo: *"quando se quer algo dito, pede-se a um homem; quando se quer algo feito, tem de se pedir a uma mulher"*. Referiu que na Turquia esta questão é considerada no âmbito dos direitos humanos fundamentais, acrescentado que a mobilização das mulheres é um passo essencial para o sucesso.

Por fim, Edit Bauer (PPE, Eslováquia), Deputada ao PE e membro da Comissão FEMM, apresentou o projeto de relatório desta Comissão com recomendações à Comissão relativas à aplicação do princípio de igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho igual ou de valor igual, e que se anexa a este relatório<sup>3</sup>.

A deputada Inês de Medeiros (PS) interveio no debate, começando por salientar que o tema da discriminação entre homens e mulheres é transversal a todos os setores da sociedade, sendo que esta diferenciação começa, desde logo, no modo como a questão é tratada. Disto resulta, acrescentou, a discrepância entre os textos legislativos e a eficácia da sua aplicação na prática. Para tal, assinalou que é importante que esta temática deixe de ser tratada como um retoque final da igualdade, com alguma eficácia nas políticas sociais, laborais e de educação, mas passe a ocupar um lugar cimeiro em termos de objetivos e prioridades. Nos tempos de crise que vivemos, as políticas de emprego e de educação devem ter como ponto de partida a sua aplicabilidade em matéria de salvaguarda da igualdade. À dificuldade de implementar as políticas legislativas no terreno, deve ser contraposto um trabalho pedagógico de evolução de mentalidades, tanto dos homens, como das mulheres, sobretudo quando em alguns domínios há risco de retrocessos. Por outro lado, prosseguiu referindo que é importante combater alguns lugares comuns que persistem, dando como exemplo o mito de que as mulheres não trabalhavam, quando na verdade sempre o fizeram mas, na maioria dos casos, com pouca ou nenhuma remuneração. Isto leva que, frequentemente, o trabalho das mulheres seja considerado como uma opção, quando para o homem é visto como um dever, pressuposto no qual assentam frequentemente muitas das discriminações salariais, a não adaptação dos horários de trabalho à vida familiar e aumenta uma certa culpabilidade das mulheres em optar por uma carreira. Como tal, conclui que é necessário tornar este tema como o princípio de todas as políticas e que sejam empreendidas campanhas de proximidade para fazer evoluir as mentalidades, perguntando à Comissão Europeia e ao PE como podem ajudar neste sentido.

<sup>3</sup> [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009\\_2014/documents/femm/pr/891/891229/891229pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/femm/pr/891/891229/891229pt.pdf)

Findo o debate, o Presidente da Comissão FEMM deu por encerrados os trabalhos, sublinhando, uma vez mais, a importância e o valor acrescentados destas reuniões interparlamentares.

Assembleia da República, 22 de março de 2012

**As Deputadas,**



**Joana Barata Lopes**



**Inês de Medeiros**



**Teresa Anjinho**

Closing the Gender Pay Gap – experiences and best practices from national  
parliaments

Interparliamentary Committee Meeting

Brussels

08.03.2012

First of all, it is for me an honour and a pleasure to be here. I hope that my presence in this context will contribute to a positive outcome.

Generally speaking, equality between women and men - “gender equality” - is understood as necessitating a command of non-discrimination and the offer of different paths for an equality of opportunities between two groups of human beings that being hierarchically structured by ubiquitous and immemorial laws and costumes are only separated by their sex.

During the last years, the social dimension of inequality has become increasingly evident and oppressive.

From the perspective of gender, equality between women and men implies the modification of socio-cultural roles assigned to men and women.

The aim – of course - is not to deny the well established differences between the two sexes, but simply to eliminate the asymmetries arising

from the socially and biologically founded – at least presumably - assigned roles.

The most interesting and useful conceptual and juridical-political exercise of equality is exactly to understand that we are before gender constructed social relations, unstable, constantly re-defined from an hetero-normative perspective, and not something stable, final, and pre-determined by sex.

The principle of equal pay for work of equal value must be understood in this framework.

Pay differentials between women and men remain one of the most persistent forms of inequality.

The principle, per se, addresses the fact that women and men – based on long lasting stereotypes – not only are paid differently to do precisely the same – to the disadvantage of women -, but also tend to be employed in different occupations, with work typically done by women rewarded at a lower average than work typically done by men.

Today it is clear that historical social patterns have shaped occupational trends and market rates for different kinds of work to the disadvantage of women.

Equality between women and men is a fundamental principle of the Portuguese Constitution and its promotion is a fundamental task of the State.

The elimination of all forms of discrimination against women and their under-representation is of paramount importance for the full achievement of democracy and development.

Curiously enough, both legally and constitutionally, Portuguese women enjoy a particularly favorable situation.

Certain sociological data also point to the same conclusion.

The rate of female employment, for example, is particularly high.

Most university students (and the most successful ones) are women.

Scientific and technical jobs are also mostly occupied by women.

However, other sociological data portray a different country.

Women's salaries are generally lower than men's.

Domestic tasks are poorly shared and continue to be viewed as feminine.



The public sphere is dominated by political parties in which women's presence is still weak, in contrast with women's presence in the labor market.

In sum, the contradiction between law in the books and law in action persists in Portugal.

The constitutional and legal system aims towards a certain normativity, having women's enfranchisement as its core value.

However, this legal normativity coexists with a social normativity (often accepted by women) whose core value is still dependence.

The generalization and persistence of certain social practices—in the public sphere, in work life, and in domestic life—contrasts vividly with any ideal of emancipation.

One explanation for this contradiction can be identified in the weakness of independent social movements.

The system itself aimed to a “top-down” social transformation, which is – for example - particularly evident in the history of universal suffrage.

It is inevitable to recognise how enforcement may be hampered by the general low level of awareness of discrimination issues in both law-enforcers, and society in general.

Thus, dissemination of information on equality and non-discrimination is, should be - as has been - one of the strongest points of non-discrimination activities.

Overall, it seems that the most significant problem in Portugal is the gap between legislation and practical implementation, which refers to a lack of convergence between the social system, the political system and the legal system.

The causes of discrimination exist prior to the legal system, being placed in the social structure.

Consequently, the discourse of rights is impaired by a lack of reception in the social discourse, where the status quo still resists strongly to the idea of equality, supported by economic, social and cultural obstacles.

This is easily demonstrable in the high concentration of women in a small number of activities and occupations, the persistence of wage inequalities or the precarious nature of contractual relationships that affect women more than men.

Hence, it is of paramount importance to ensure the effective implementation of legislation, namely through reinforcing or readjusting the existing equality and administrative bodies that deal with the issues of equality and non-discrimination.

Regarding the importance of information, it is never too much to emphasise the necessity of data collection.

More studies must be done and statistics must disaggregate the gender indicator.

It is also important to stimulate a more active involvement of civil society organizations in the syndication of these rights, acting with the public, the judicial authorities and in particular the political power.

In Portugal, the mobilization of civil society in the claims and promoting the rights of women is relatively weak.

The Program of the 19th Constitutional Government has defined greater accountability of the State in the achievement and promotion of policies for gender equality, not only as a matter of rights and social justice, but also as a prerequisite for the achievement of the objectives of sustainable growth, jobs and solidarity.

There are progresses and many steps have been taken to achieve effective equality between women and men.

In Portugal, we have reached a more equitable situation as regards levels of political participation of women and men, but the same cannot be said with regard to representation of both sexes in economic decision-making, where the presence of women is clearly insufficient.

In order to change this situation, Portuguese Government approved, last week, a resolution requiring companies of the public sector the approval, implementation and evaluation of plans for equality, to achieve a balance in the presence of men and women on the boards.

The same action is recommended, for now, to private companies. The evaluation results will be done by Government every six months.

Overall, Portugal is currently implementing the following National Plans and Programme of Action:

- IV National Plan for Gender Equality, citizenship and non-discrimination (2011-2013);
- IV National Plan against domestic violence (2011-2013);
- II National Plan against trafficking in human beings (2011-2013);
- National Plan for the implementation of the UN Security Resolution 1325 (2010-2013);
- II Programme of Action for the Elimination of Female Genital Mutilation (2011-2013).

These plans are strategic instruments of public policies to promote gender equality and women's empowerment.

The commitment to mainstream gender in all governmental activities, namely, in all policies implemented at the central and local levels of Public Administration, is also translated on the adoption of gender equality plans and on the institutionalisation of ministerial equality advisors and teams in each of the eleven ministries that comprise Portuguese Government.

These Plans are a fundamental tool in gender mainstreaming. Accordingly, all ministries have prepared or carried out a revision of the existing ministerial plans and are preparing, at sectorial level, the execution of the measures with regard the implementation of the National Plans.

The successive Governments, at least in the last decade, encouraged the municipalities to implement Municipal Plans for Equality.

This is of extreme importance as local authorities have a fundamental task in providing women, especially those living in rural areas, an opportunity to identify the constraints on their full participation in economic and public life, and to develop specific initiatives in their favour.

Portuguese Parliament has an important role in monitoring the implementation of these policies, particularly through the work of the

subcommission for equality within the framework of the first commission on constitutional affairs and fundamental rights.

But not only, should we not forget its legislative competences, installing the debate and contributing to the awareness of society.

It has done so in the past and it will continue to do so in the present.

Equality and non discrimination is a subject that in the Portuguese Parliament achieves a relatively large consensus due to its importance and relevance.

Finally, a last word to address the difficult moment we are living and its implications towards women.

The deep economic crisis we are facing can have negative consequences for the promotion of equality.

Budgetary constraints, unemployment and precarious work put women in a more vulnerable position than men.

Our attention must, without any doubt, focus on ensuring that the situation does not lead to a deteriorating position of women in labour market.

Taking measures to enhance the status and visibility of women is critical for sustainable progress against the range of human development indicators, not only because women are particularly vulnerable to social and economic marginalisation when resources are scarce, but also because women are critical agents in the development processes.

In sum, much has been done, even though much is yet to be done. It was not easy in the past and it will not be easy in the present, or future.

With this in mind, I thank you for your attention.